

CRUB EM AÇÃO

Newsletter de ações do CRUB.



SEMINÁRIO ODS

No dia 8 de setembro o CRUB, juntamente com a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e o Observatorio de la Sustentabilidad en la Educación Superior en América Latina y el Caribe (OSSES-ALC), realizaram uma videoconferência com as IES para apresentar o formulário para o diagnóstico do Conhecimento, Compromisso e Contribuições para a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), entender melhor como as IES brasileiras incorporam os ODS e saber quais ações têm desenvolvido.

Em setembro de 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas, todos os países membros da ONU concordaram em cumprir 17 objetivos e 169 metas para um Desenvolvimento Sustentável. A chamada Agenda 2030 visa promover a sustentabilidade em três eixos em todo o mundo: social, ambiental e econômico. Uma das metas é a educação!

As IES são fontes de produção, disseminação de conhecimento e proposição de soluções que podem alavancar o desenvolvimento sustentável, e o CRUB apoia essa ideia.



FOTO: SITE MEDIUM.COM

CRUB ENTREVISTA IES QUE IMPLEMENTARAM ODS NAS DISCIPLINAS ESTUDANTIS

Em busca de bons exemplos de como implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, o CRUB conversou com a Professora e Coordenadora do Núcleo de Inovação Pedagógica da Universidade Veiga de Almeida (UVA), Viviane Japiassú. Ela foi uma das responsáveis por implementar na grade curricular da UVA os ODS de forma criativa.

Localizada no Rio de Janeiro, a UVA desenvolve desde 2020 a cultura Maker nos seus cursos presenciais, cujo conceito principal é de que qualquer pessoa, dotada das ferramentas certas e do devido conhecimento, pode criar as suas próprias soluções para problemas do dia a dia.

A partir da cultura Maker, a Reitora Beatriz Balena propôs articular os ODS com as disciplinas, para que seus alunos adquirissem competências e um olhar mais sensível para atuar no mercado articulado com as demandas da sociedade. "Temos de fato utilizado os ODS como fio condutor das nossas ações acadêmicas", diz Viviane.

Leia a matéria completa clicando aqui!



FOTO: ACERVO PESSOAL



FOTO: SITE UVA

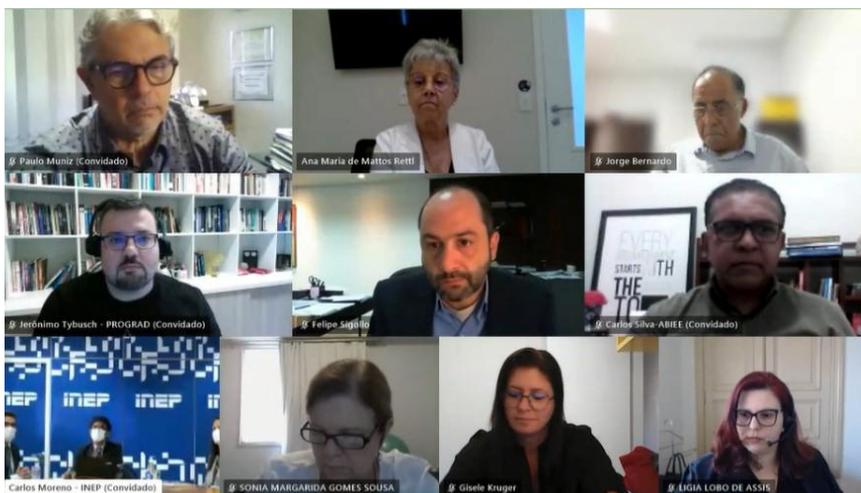
MEDALHA DO MÉRITO PEDRO, O LIBERTADOR

O CRUB foi homenageado com a Outorga do Colar do Mérito Pedro, O Libertador, por seu trabalho em prol da educação brasileira. A Presidente do CRUB, Reitora Lia Quintana (Urcamp), participou da cerimônia que foi realizada no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ no dia 14 de setembro de 2022.

O Mérito é concedido pelo Conselho de Minerva, uma organização não governamental que reúne as associações e antigos alunos da UFRJ, e tem como objetivo valorar a educação, como indispensável para o desenvolvimento do país e o bem-estar do seu povo, e foi entregue pela Reitora Denise Pires de Carvalho da UFRJ.



INEP



O CRUB tem acompanhado as reuniões do INEP da agenda "Avaliação in loco". Em setembro, a reunião virtual ocorreu em 20/09/2022, com a atualização dos indicadores registrados.

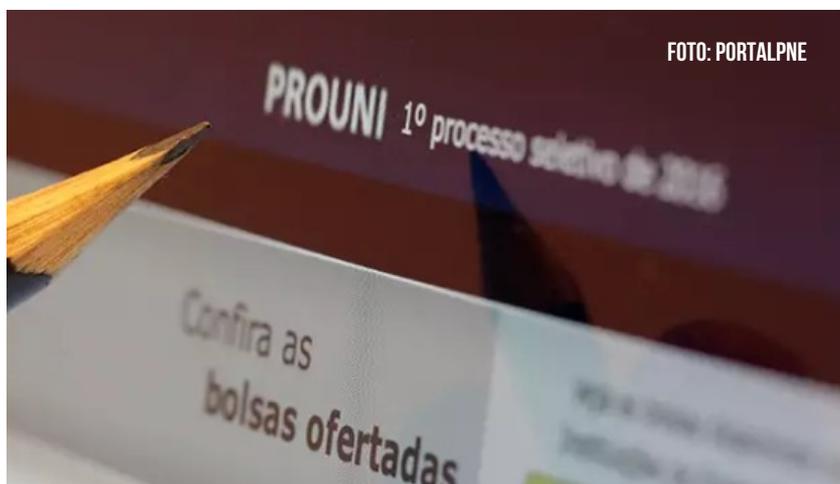
Até o momento, foram realizadas 5.475 avaliações e a meta é alcançar 7 mil.

ATRASOS NO PROUNI

O CRUB acompanhou de perto as IES e questionou o Ministério da Educação (MEC) sobre os diversos percalços identificados no ProUni deste ano.

Atrasos ocorreram e continuam a ser registrados em todas as etapas do programa, prejudicando o ingresso dos estudantes nas universidades e o cronograma de aulas instituído pelas IES.

Para o CRUB, os atrasos no ProUni evidenciam a desorganização instaurada no MEC, no âmbito da gestão do SISPROUNI, prejudicando assim todo o setor da educação superior brasileira comunitário e particular.



"Os atrasos no ProUni evidenciam a desorganização instaurada no MEC, prejudicando assim todo o setor da educação superior brasileira", diz Dyogo Patriota, consultor jurídico do CRUB em release enviado para a imprensa.

PARTICIPAÇÃO NO 24º FNEESP

No final de setembro o CRUB participou da 24ª edição do Fórum de Ensino Superior da América Latina (FNEESP), representado pelos diretores do CRUB, a Vice-Presidente, Reitora Beatriz Eckert-Hoff (UDF) e o Reitor Felipe Sigollo (Univ. Brasil). A Reitora Beatriz Balena (UVA), integrante do Conselho Fiscal do CRUB, foi uma das moderadoras do evento.

A 24ª edição do Fórum trouxe a ênfase no estudante, para sensibilizar os participantes a mergulharem na perspectiva do ponto de vista discente. Todas as atividades e experiências estavam focadas em propostas para que cada instituição, em seu conjunto, tivessem a possibilidade de atender e ouvir os alunos.

Os Reitores falaram sobre a participação no evento na matéria que preparamos para o site. **Leia mais aqui.**



NOVOS CURSOS DE MEDICINA NO BRASIL

Um dos assuntos mais relevantes em que o CRUB tem atuado nos últimos meses trata da questão da oferta de novos cursos de medicina no Brasil.

O CRUB entrou como *amicus curiae* em Ação Declaratória de Constitucionalidade ADC 81/ANUP, movida pela Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP) e ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, a ADI 7.187 sobre a Lei do Programa Mais Médicos (Lei 12.871/13).

As medidas foram motivadas pela ação da ANUP que questiona o STF sobre a abertura de vagas fora do Programa Mais Médicos (Lei 12.871/13). O CRUB defende a abertura de novos cursos de medicina no Brasil, formação de mais profissionais da saúde e o fortalecimento do SUS, e acredita no discernimento do STF para proteger a livre concorrência e dar uma palavra final sobre o assunto.

Em razão da discussão, o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes convocou audiência pública para o dia 17 de outubro para discutir a exigência de chamamento público antes da autorização para funcionamento de novos cursos de Medicina.

Leia mais na matéria abaixo.



Medicina: audiência pública irá discutir chamamento público para novos cursos

A medida está prevista na lei que criou o programa Mais Médicos e é tema de duas ações no STF.

27/09/2022 16h11 - Atualizado há



O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), convocou audiência pública para discutir a exigência de chamamento público antes da autorização para funcionamento de novos cursos de Medicina. O tema é objeto da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) 81 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7187, ambas relatadas pelo ministro. A audiência deve ocorrer em 17/10.

O chamamento público é um procedimento feito pela administração pública para selecionar parcerias para executar atividades ou projetos que tenham interesse público. No caso dos cursos de Medicina, ele está previsto no Programa Mais Médicos (Lei 12.871/2013, artigo 3º), sob a responsabilidade do Ministério da Educação.

Na ADC 81, a Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup) defende a exigência, com o argumento de que várias decisões judiciais vêm obrigando o Ministério da Educação a avaliar pedidos de autorização de novos cursos mesmo sem chamamento público. Segundo a entidade, algumas dessas decisões até autorizam instituições a abrirem novas vagas ou declaram expressamente a inconstitucionalidade do dispositivo da lei.

Em sentido contrário, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub) sustenta, na ADI 7187, que a medida favorece grandes grupos e viola a autonomia universitária, a livre iniciativa e a livre concorrência.



AUDIÊNCIA STF

No dia 17 de outubro o Supremo Tribunal Federal convocou Audiência Pública para debater a exigência de chamamento público para abertura de cursos de medicina, convidando profissionais do setor da educação e da saúde para exporem seus pontos de vista e dando ao STF a oportunidade de ouvir os dois lados do tema para que a melhor decisão seja tomada.

A medida foi estabelecida em 2013 na lei do programa Mais Médicos e está sendo questionada pela ADC 81/ANUP e pela ADI 7.187, a última movida pelo CRUB.

Atuação do CRUB

Motivado pela Ação Declaratória de Constitucionalidade movida pela ANUP, o CRUB entrou como *amicus curiae* para discutir a ampliação dos cursos de Medicina no Brasil. O conselho também ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre a Lei do Programa Mais Médicos (Lei 12.871/13).

O Conselho defende a autonomia universitária e livre concorrência, e acredita no discernimento do STF para dar a palavra final sobre a discussão. As medidas foram tomadas depois que a Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP) questionou o STF sobre a abertura de vagas fora do Programa Mais Médicos. O CRUB ajuizou a ADI 7.187, em contraposição à ADC 81/ANUP. Ambas discutem aspectos que tratam da constitucionalidade ou não do art. 3º, da Lei do Mais Médicos.

Segundo Dyogo Patriota, consultor jurídico do CRUB, a associação defende que a política de editais do Ministério da Educação criou critérios que deliberadamente favorecem grandes grupos econômicos educacionais em prejuízo de associações, fundações e empresas educacionais de médio e pequeno porte.

“Esses grandes grupos só defendem a livre concorrência quando são favorecidos. Em outras situações, utilizam subterfúgios para evitar que outras entidades possam disputar mercado com serviços de qualidade.”

Política de interiorização

Patriota explica que o CRUB levou ao conhecimento do STF diversos elementos que demonstram a fragilidade da política de interiorização de médicos aplicada pelo MEC. Como exemplo, o Edital MEC n.º 6/2014, para interiorização de cursos médicos, focou em diversas cidades próximas da capital ou grandes polos econômicos. Já o Edital MEC n.º 1/2018, foi amplamente dominado pelos grandes grupos educacionais, que obtiveram 25 das 26 autorizações em disputa.

Patriota evidencia que esses grupos foram favorecidos com mudanças nas regras do chamamento público, como inversão de fases de qualificação acadêmica e financeira e a criação de fatores de análise econômica que não estavam previstos nos editais. “Além de afastar qualquer análise de patrimônio líquido, os novos critérios serviram para favorecer as IES constituídas sob a forma de sociedade anônima, focando na ideia de que a capacidade de geração de lucro provaria a boa saúde financeira da IES para todos os fins, o que é proibido pelo Tribunal de Contas da União - TCU”.

Ainda sobre os editais, Patriota explica que critérios de aferição de qualidade deixaram de considerar a existência de campi já instalados na região ou, até mesmo, se as universidades já tinham hospitais próprios. Com a mudança dessa regra, qualquer instituição poderia concorrer, mesmo que não tivesse campus instalado no local. Após ganhar a autorização, essa instituição teria um prazo de quase dois anos para fazer os investimentos e ofertar o curso, na certeza de que o risco de mercado para se interiorizar era quase inexistente.

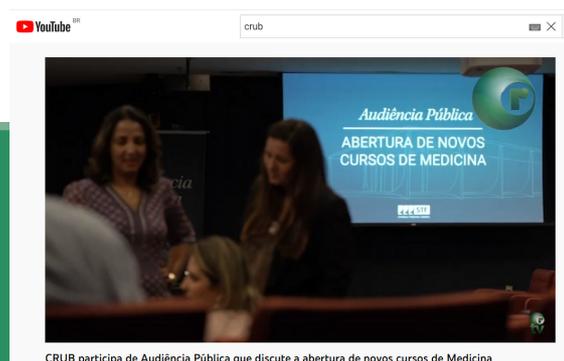
Posição do ministro Gilmar Mendes

De acordo com o STF, ao convocar a audiência, o ministro Gilmar Mendes destacou a inegável relevância do tema, que envolve não apenas o direito à saúde, mas, também, o objetivo fundamental da República em reduzir as desigualdades sociais e regionais. Na sua avaliação, a coleta de dados e argumentos tecnicamente qualificados e especializados permitirá que o STF examine com maior segurança a imposição do chamamento público e de outros requisitos para a instalação dos novos cursos, com base, ainda, nos princípios da livre iniciativa, da livre concorrência e da isonomia.

O ministro Gilmar Mendes apontou que a reflexão em torno da adequação constitucional da norma requer elucidações administrativas, técnicas e econômicas.



Ministro Gilmar Mendes entre a Reitora Lia Quintana, o Reitor Claudio Jacoski e Dyogo Patriota.



CRUB participa de Audiência Pública que discute a abertura de novos cursos de Medicina

O CRUB realizou uma série de vídeos sobre a Audiência Pública que podem ser conferidos no canal do Youtube do Crub:
<https://www.youtube.com/c/CrubTV/videos>

GT SERES/MEC SOBRE A FORMAÇÃO MÉDICA



O Ministério da Educação (MEC) instituiu um Grupo de Trabalho para debater os conteúdos da Tomada de Subsídios SERES/MEC nº 01/2022, com objetivo de subsidiar a modelagem da política de formação médica e as ações regulatórias do MEC para a autorização de novos cursos de medicina. O CRUB participou desse chamamento e ofereceu suas contribuições.

Na sequência, o MEC iniciou o Grupo de Trabalho de Medicina, instituído pela Portaria MEC nº 328/2018, sob a coordenação da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), que inicialmente possuía na sua composição além da própria SERES, os seguintes órgãos/entidades: SESU, INEP, EBSEH, CNE, Conselho Federal de Medicina, Associação Médica Brasileira e Associação Brasileira de Educação Médica. A Portaria SERES/MEC nº 747/2022, atualizou a representação das entidades e permitiu a participação de outras entidades associativas de abrangência nacional e de especialistas, entre elas o CRUB.

O GT de Medicina realizou 9 reuniões entre agosto e outubro, e encerrou suas atividades em 20/10. O GT possuía natureza prospectiva, sem deliberações. As reuniões foram realizadas por videoconferência, com gravação, registro em ata e disponibilização ao público. Durante os encontros houve possibilidade das entidades apresentarem suas contribuições ao processo e amplificarem o alcance da Moratória sobre os cursos de Medicina, e as recentes Ações no âmbito do STF (a ADC nº 81, patrocinada pela ANUP, e a ADI nº 7187, ajuizada pelo CRUB), que tratam do mesmo tema.

CRUB COBRA POSICIONAMENTO DO MEC

Na última reunião do Grupo de Trabalho de Medicina ocorrida em outubro, os integrantes encaminharam um Ofício ao Ministério da Educação cobrando respostas à falta de consistência em relação ao posicionamento do MEC sobre a abertura de novos cursos de Medicina no país.

O Ofício 175/22/PRES foi enviado pela Presidente do CRUB, Reitora Lia Quintana, e pelo assessor jurídico do CRUB, Dyogo Patriota, à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior e à Diretoria de Política Regulatória do MEC.

As Entidades consideram ineficazes o controle e fiscalização do MEC sobre a análise da qualidade dos cursos de Medicina, sobre o número total de médicos e os seus fluxos de distribuição no Brasil.

Questionam, ainda, os editais de chamamento públicos por terem sido criados para favorecerem as instituições que têm um alto nível de influência nos mercados financeiros.

PNPG 2021 - 2030



A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC), instituiu em julho, uma Comissão com 38 integrantes, responsável por elaborar até meados de 2023, próximo Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), que vai vigorar até 2030, o PNPG 2021-2030. A Comissão tem como objetivo acompanhar e rediscutir permanentemente o funcionamento dos Programas de Pós-Graduação, tanto os mestra-

dos como os doutorados e rediscutir permanentemente o funcionamento dos Programas de Pós-Graduação, tanto os mestrados como os doutorados. Ela existe desde 1975, tendo como objetivo acompanhar os Programas e propor mudanças para que eles estejam em acordo com os desafios do momento e do futuro. O CRUB participa representado pelo Professor Waldemiro Gremski, Vice-Presidente do CRUB. A cerimônia de posse ocorreu em 03/08/2022. O presidente da Comissão Esper Abrão Cavalheiro, é professor emérito da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que afirmou em recente entrevista à Revista Pesquisa da Fapesp que “o sistema brasileiro de pós-graduação lida com uma inédita retração de demanda e de número de titulados”.

Segundo o Professor Waldemiro, principalmente neste momento, quando a mudança é uma constante com o mundo evoluindo a uma velocidade exponencial, é fundamental esse acompanhamento, sob o risco dos nossos programas de mestrados e doutorados formarem pessoas aquém das exigências da realidade. A Comissão tem como missão manter a pós-graduação stricto sensu em linha com as exigências do cenário educacional. As perguntas que essa comissão tentará responder são: [1] qual a importância de um sistema de pós-graduação na terceira década desse século? [2] Que habilidades e atributos deverão ter os egressos desse sistema?

Após reuniões iniciais a Comissão definiu grupos de trabalhos que atuarão nos temas da Internacionalização, Fomento, e Egressos e Ingressantes, buscando assim dar maior agilidade e profundidade aos aspectos fundamentais da pós-graduação.

REUNIÃO DE DIRETORIA DO CRUB

Diretoria CRUB, 27/09



Pauta:

1. ADC 81/22 (Ação Declaratória de Constitucionalidade ajuizada pela ANUP, pedindo que seja declarada constitucional a exigência de chamamento público antes da autorização para funcionamento de novos cursos de Medicina), e ADI 7187/22 (Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo CRUB, pedindo a suspensão de dispositivo da Lei do Programa Mais Médicos que condiciona a autorização para o funcionamento de cursos privados de Medicina à realização de chamamento público prévio);
2. Moratória dos cursos de Medicina;
3. Resolução CES/CNE nº 3, que trata do Credenciamento/Recredenciamento de Universidades;
4. Informes.

EXPEDIENTE

Presidente do CRUB

Reitora Lia Maria Herzer Quintana (URCAMP)

1ª Vice-Presidência (Comunitárias)

Professor Waldemiro Gremski (PUCPR)

2ª Vice-Presidência (Federais)

Reitora Margarida de Aquino (UFAC)

3ª Vice-Presidência (Estaduais / Municipais)

Reitor Rodrigo Bruno Zanin (UNEMAT)

4ª Vice-Presidência (Particulares)

Reitora Beatriz Maria Eckert-Hoff (UDF)

1ª Tesouraria (Estaduais / Municipais)

Reitor Pedro Falcão (UPE) - *Licenciado*

2ª Tesouraria (Comunitárias)

Reitora Luciane Ceretta (UNESC)

1ª Secretaria (Particulares)

Reitora Luciane Lúcio Pereira (UNISA)

2ª Secretaria (Federais)

Reitor Marcelo Brito Carneiro Leão (UFRPE)

Suplente (Comunitárias)

Reitor Paulo Fossatti (UNILASALLE)

Suplente (Federais)

Reitor Carlos André Bulhões Mendes (UFRGS)

Suplente (Estaduais / Municipais)

Reitor Evandro do Nascimento Silva (UEFS)

Suplente (Particulares)

Reitor Felipe Sartori Sigollo (Universidade Brasil)

Conselho Fiscal

Reitor Marco Antônio Soares de Souza
(Universidade de Vassouras)

Conselho Fiscal

Reitor Márcio Araújo Oliverio
(UMESP)

Conselho Fiscal

Reitor Milton Beltrame
Junior (UNIVAP)

Conselho Fiscal

Professora Carmen Lúcia de
Lima Helfer (UNISC)

Conselho Fiscal

Reitora Beatriz Balena
(UVA)

Conselho Fiscal

Reitor José Marinoni
(UCDB)

Secretário Executivo

José Aguilera

Chefe de Gabinete

Telma Moretti

Assistente Educacional

Yana Mara Lopes

Assessoria de Comunicação

Júlia Coêlho
(61) 98114-0352
ascom@crub.org.br



www.crub.org.br



[@crub.org.br](https://www.instagram.com/crub.org.br)



[/conselhodereitores](https://www.facebook.com/conselhodereitores)